

Subvenção a sindicato envolve mais 40 nomes

BRASÍLIA — Uma nova lista de 40 parlamentares que liberaram irregularmente subvenções sociais para sindicatos será encaminhada hoje à Subcomissão de Subvenções da CPI do Orçamento pelo senador Luís Alberto (PTB-PR). Para o senador, as subvenções são irregulares porque os sindicatos não podem receber verbas previstas no orçamento da União.

Em nova diligência realizada ontem no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), o senador Luís Alberto obteve uma declaração do presidente, Edmar Costa Barros, de que "os sindicatos receberam irregularmente as verbas, pois eles não são registrados mas apenas cadastrados".

O senador defendeu a criação de uma CPI dos sindicatos, mas antes disso recomendará, em relatório a ser encaminhado hoje à Subcomissão de Subvenções, uma auditoria, por amostragem, em um sindicato rural e um sindicato urbano de cada estado. Se for constatada irregularidade, pedirá que a CPI quebre o sigilo bancário dos seus diretores.

De acordo com a avaliação do senador, 80% dos sindicatos que receberam subvenções aplicaram os recursos irregularmente. Pelos seus cálculos, os 3.500 sindicatos existentes no país receberam cerca de US\$ 1 milhão nos últimos cinco anos.

Ainda no relatório, o senador denunciou que a maioria dos sindicatos fiscalizados apresentou prestações de contas sem notas fiscais ou com notas frias. A minuta de um projeto de lei proibindo as subvenções sociais para os sindicatos e permitindo apenas que entidades filantrópicas, será anexado ao relatório do senador.

Em nota oficial, o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Francisco Santanna, rebateu as acusações do senador à entidade.

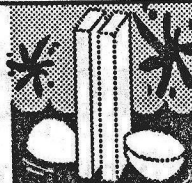
Disse que o sindicato não pediu nem recebeu qualquer verba de subvenção desde 1990, e que a subvenção recebida em 1989, no valor de 2.291 cruzeiros novos, foi aplicada na cobertura de gastos do serviço dentário. Apesar da nota, Luís Alberto anunciou que vai pedir uma investigação. Segundo o senador, só em 1992 o sindicato prestou contas da verba recebida em 1989, "sem a apresentação de nota fiscal".

Quebra de sigilo — Ainda na nota oficial, o sindicato se mostrou à disposição para abrir o sigilo bancário dos seus três últimos presidentes, informando que a entidade atendeu 603 pessoas no consultório dentário, além de ter gasto o dinheiro na condução dos funcionários, compra de material de limpeza para o serviço odontológico. O Sindicato dos Jornalistas também contestou os argumentos de que a atual lei impede o repasse de verbas aos sindicatos. No artigo 12 da Lei 4.320, é permitido o repasse a entidades que prestem serviços educacionais, culturais e assistenciais.

Na diligência que fez ontem no CNSS, o senador Luís Alberto constatou que a verba destinada ao Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), destinada pelo deputado João Paulo Pires (PT-MG), foi aplicada irregularmente e a prestação de contas foi recusada pelo conselho.

□ O Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro divulgou nota ontem negando que tenha recebido verbas de subvenções sociais. "Não recebemos um centavo de cruzeiro, ou dólar, de recursos orçamentários do governo federal. Queremos também explicitar que este sindicato sobrevive e sobreviveu, nos últimos seis anos pelo menos, com recursos advindos das anuidades associativas, contribuições confederativas e do malfadado imposto sindical que esperamos ver extinto", diz a nota.

A CPI poderá quebrar o sigilo de sindicalistas



Sindicatos receberam cerca de US\$ 1 milhão



Alaor Filho

□ O presidente Itamar Franco (C), o ministro Maurício Corrêa e o secretário-geral da Presidência, Mauro Durante (D), reuniram-se ontem no Rio com integrantes do Movimento pela Ética na Política, entre eles o empresário Emerson Kapaz (à esquerda de Itamar) e o ex-ministro da Saúde Jamil Haddad. Na reunião, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, engrossou o coro de críticas ao Judiciário, exortando seus representantes a permitirem a investigação de suas con-

tas. A defesa de ampla investigação da corrupção foi um dos temas principais do encontro. As nove entidades que o integram o movimento acertaram a participação de um de seus representantes na Comissão criada pelo Executivo para investigar as denúncias de corrupção e irregularidades em suas ações. O movimento indicará uma lista tripla para que o presidente escolha um nome. "É uma demonstração clara de que o governo respeita o pensamento da sociedade", afirmou Kapaz.